



Serviço Público Federal

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

CONCURSO PÚBLICO

**Analista de Planejamento
e Orçamento**

**Especialista em Políticas
Públicas e Gestão
Governamental**

MANUAL DO CANDIDATO

Constituído de:

- ➡ Edital ESAF nº 087, publicado no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2001, Seção 3.
- ➡ Anexo I (Programas por disciplina)
- ➡ Anexo II (Cidades/Endereços)
- ➡ Anexo III (Formulário de Pedido de Inscrição via postal)
- ➡ Anexo IV (Formulário para Recurso das provas objetivas)
- ➡ Anexo V (Formulário para Recurso da prova discursiva)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA/SECRETARIA
EXECUTIVA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA –
ESAF**

EDITAL ESAF Nº 087, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DE ANALISTA DE PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO E ESPECIALISTA EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL**

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, considerando o Convênio firmado com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, RESOLVE divulgar a abertura das inscrições e estabelecer normas para a realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos vagos de Analista de Planejamento e Orçamento e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O concurso visa ao provimento do número de vagas definido no subitem 1.3, vedada a nomeação de excedentes, observado o disposto nos subitens 12.2.1 e 12.4.

1.2 - O concurso será constituído de duas etapas, específicas para este processo seletivo:

I - Primeira Etapa – com valor máximo de 200 pontos, assim constituída:

Para o cargo de **Analista de Planejamento e Orçamento**:

- Prova 1 - Objetiva – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório, valendo, no máximo, 50 pontos ponderados;
- Prova 2 - Objetiva – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório, valendo, no máximo, 105 pontos ponderados;
- Prova 3 – Discursiva – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório, valendo, no máximo, 60 pontos;
- Títulos - de caráter apenas classificatório, valendo, no máximo, 15 pontos.

Para o cargo de **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**:

- Prova 1 - Objetiva – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório, valendo, no máximo, 40 pontos ponderados;
- Prova 2 - Objetiva – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório, valendo, no máximo, 160 pontos ponderados;
- Prova 3 - Discursiva – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório, valendo, no máximo, 70 pontos;
- Títulos - de caráter apenas classificatório, valendo, no máximo, 20 pontos.

II - Segunda Etapa - Curso de Formação – com valor máximo de 195 pontos para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento e de 270 pontos para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - de caráter eliminatório e classificatório, ao qual serão submetidos somente os candidatos habilitados e classificados na Primeira Etapa, na forma do subitem 11.1,

até o limite de vagas estabelecido no subitem 1.3, obedecido o Regulamento próprio.

1.3 - A escolaridade, o número de vagas por cargo, a localidade e a taxa de inscrição são os estabelecidos no quadro a seguir:

Escolaridade: Curso superior concluído		
Taxa de Inscrição: R\$ 75,00		
Cargo	Nº de Vagas	Localidade
Analista de Planejamento e Orçamento	70(*)	Brasília - DF
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	90(**)	

(*) Sendo 4 vagas destinadas a portadores de deficiência

(**) Sendo 5 vagas destinadas a portadores de deficiência

1.4 - As vagas distribuídas por cargo são independentes e não se comunicam para efeito da classificação, da aprovação, da nomeação e da lotação.

2 – DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS CARGOS: até R\$ 3.433,75 – composta por uma parcela fixa e outra variável referente à avaliação de desempenho individual e institucional, conforme dispuser a legislação referente à Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciclo de Gestão – GCG.

3 – DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

3.1 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO: Atividade de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, desenvolvidas nas áreas de Planejamento e Orçamento do Governo Federal, abrangendo estudos, pesquisas, elaboração e análise de cenários macroeconômicos, estabelecimento de orientações e diretrizes estratégicas, coordenação de atividades ligadas à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, análise de projetos de financiamentos externos, supervisão, coordenação e execução de trabalhos referentes à elaboração, acompanhamento, revisão e articulação das atividades de planejamento e orçamento governamentais, utilização e modernização de sistemas computadorizados.

3.2 – ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL: Atividade de nível superior, com elevada complexidade e responsabilidade, relacionada à gestão pública na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, compreendendo direção, assessoramento, planejamento, coordenação e execução.

4 – DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

4.1 - O candidato aprovado no processo seletivo de que trata este Edital será investido no cargo, se atendidas as seguintes exigências:

- a) ter sido aprovado e classificado no concurso, na forma estabelecida neste Edital;
- b) ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;
- c) gozar dos direitos políticos;
- d) estar quite com as obrigações eleitorais;
- e) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

- f) ter idade mínima de 18 anos;
- g) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- h) possuir curso superior concluído;
- i) não ter sido, nos últimos cinco anos, na forma da legislação vigente:

I – responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;

II – punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;

III – condenado em processo criminal por prática de crimes contra a Administração Pública, capitulados nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

j) apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse.

4.1.1 – A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados neste subitem e daqueles que vierem a ser estabelecidos na letra “j” impedirá a posse do candidato.

I – PRIMEIRA ETAPA

5 - DA INSCRIÇÃO

5.1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2 - O pedido de inscrição será efetuado no período de **02 a 15 de janeiro de 2002**, mediante recolhimento, em guia específica, da correspondente taxa de inscrição, em qualquer agência bancária, constando como depositante o próprio candidato. O Formulário de Pedido de Inscrição - guia de recolhimento – estará disponível nos endereços constantes do Anexo II deste Edital.

5.2.1 - Após as providências descritas no subitem **5.2**, o candidato deverá retornar, obrigatoriamente, ao endereço no qual recebeu o Formulário de Pedido de Inscrição, entre os indicados no Anexo II, para entregar, mediante recibo, a via ESAF do respectivo formulário, devidamente preenchida e assinada, e receber o Manual do Candidato.

5.2.2 – O candidato poderá, também, realizar sua inscrição e o pagamento da taxa a ela pertinente, via *internet*, por meio de débito em conta corrente, para correntistas do Banco do Brasil ou por boleto eletrônico, pagável em toda a rede bancária, utilizando-se do site www.esaf.fazenda.gov.br, no período compreendido entre 10 horas do primeiro dia fixado para o início das inscrições até às 20 horas do último dia destinado a essa finalidade.

5.2.2.1 – De posse do recibo de confirmação de inscrição via *internet*, o candidato inscrito por essa modalidade poderá retirar o Manual do Candidato no endereço eletrônico indicado no subitem **5.2.2** ou nos endereços indicados no Anexo II.

5.2.2.2 - Não serão considerados os pedidos de inscrição, via *internet*, que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica.

5.3 – Será admitida a inscrição por terceiros mediante a entrega de procuração do interessado, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

5.3.1- Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

5.3.2 – O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do Formulário de Pedido de Inscrição.

5.4 – O candidato poderá solicitar a sua inscrição por via postal, por meio de SEDEX, postado até o último dia do período de inscrição, encaminhado para o seguinte endereço: Gerência do Programa de Recrutamento e Seleção da ESAF, Rodovia BR 251 – Km 04, CEP 71686-900, Brasília-DF.

5.4.1 – Para a efetivação da inscrição por via postal o candidato preencherá o modelo de pedido de inscrição constante do Anexo III deste Edital, ao qual serão, obrigatoriamente, anexados cópia legível do documento de identidade do interessado e cheque nominativo cruzado, emitido pelo próprio candidato, em favor da Escola de Administração Fazendária – ESAF, no valor correspondente à taxa de inscrição.

5.4.2 – Não serão considerados os pedidos de inscrição por via postal com pagamento feito por meio de “Cheque Correios”, “Vale Postal” ou outra forma de pagamento que não seja a estabelecida no subitem **5.4.1**.

5.4.3 – Serão desconsiderados os pedidos de inscrição por via postal efetuados em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.4.4 – Aos candidatos inscritos por via postal serão encaminhados pela ESAF, também por via postal, o recibo comprobatório de inscrição e o Manual do Candidato.

5.5 - Será considerado inscrito no concurso o candidato que tiver o seu Pedido de Inscrição confirmado, na forma dos subitens **5.14** e **5.14.1**.

5.6 - No caso de pagamento com cheque, este somente será aceito se do próprio candidato, sendo considerada sem efeito a inscrição se o cheque for devolvido por qualquer motivo.

5.7 - O valor da taxa não será devolvido em hipótese alguma.

5.8 - Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado.

5.9 - Ao preencher o Formulário de Pedido de Inscrição, vedada qualquer alteração posterior, o candidato indicará um único cargo a cujas vagas optar por concorrer e a localidade onde deseja prestar as provas, entre as indicadas no Anexo II.

5.9.1 - O candidato somente poderá inscrever-se para um único cargo, considerando que as provas serão realizadas no mesmo dia e horário.

5.10 - Os candidatos que necessitarem de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverão solicitá-lo, por escrito.

5.10.1 - A solicitação de atendimento diferenciado será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, e será comunicada ao candidato quando da confirmação do seu pedido de inscrição na forma dos subitens **5.14** e **5.14.1**.

5.10.2 - A não solicitação de tratamento diferenciado implica a sua não concessão no dia de realização das provas.

5.11 - As informações prestadas no Formulário de Pedido de Inscrição são da inteira responsabilidade do candidato, dispondo a ESAF do direito de excluir do processo seletivo aquele que o preencher com dados incorretos, incompletos ou rasurados, bem como se constatado, posteriormente, que os mesmos são inverídicos.

5.12 - O candidato que se julgar amparado pelo Decreto nº 3.298, de 20/12/99, publicado no DO de 21/12/99, Seção 1, poderá concorrer às vagas reservadas a portadores de deficiência, fazendo sua opção no Formulário de Pedido de Inscrição.

5.12.1 - No ato da inscrição, juntamente com o Formulário de Pedido de Inscrição (via ESAF) já devidamente preenchido, o candidato portador de deficiência deverá:

a) apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência;

b) requerer tratamento diferenciado para os dias do concurso, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas;

c) requerer tempo adicional para a realização das provas, apresentando justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.

5.12.1.1 - A viabilidade de atendimento do requerido nas letras "b" e "c" deste subitem será comunicada ao candidato quando da confirmação do seu pedido de inscrição, na forma dos subitens **5.14** e **5.14.1**.

5.12.2 - O candidato portador de deficiência que optar por efetivar sua inscrição pela *internet* deverá enviar, via SEDEX, para o endereço indicado no subitem **10.1**, "e", V, o atestado médico a que se refere o subitem **5.12.1**, "a" e indicará, obrigatoriamente, no seu pedido de inscrição via eletrônica, o número do registro da postagem.

5.12.3 - O candidato portador de deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, observado o disposto no subitem **5.12.1**.

5.12.4 - Os deficientes visuais que requererem prova em Braille, na forma do disposto na letra "b" do subitem **5.12.1** deverão levar, nos dias de aplicação das provas, reglete e

punção, para que suas respostas sejam dadas, também, em Braille.

5.12.5 - O candidato de que trata o subitem **5.12**, se habilitado e classificado na forma do subitem **11.1**, será, antes de sua matrícula na Segunda Etapa, submetido à avaliação de Equipe Multiprofissional, na forma do disposto no art. 43 do Decreto nº 3.298, de 20/12/99.

5.12.6 - A Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão decidirá, de forma terminativa, sobre a qualificação do candidato como portador de deficiência.

5.12.7 - Os candidatos considerados portadores de deficiência, se habilitados e classificados, além de figurarem na lista geral de classificação do cargo pelo qual optaram por concorrer, terão seus nomes publicados em separado.

5.12.8 - Caso o candidato não tenha sido qualificado como portador de deficiência, na forma do subitem **5.12.6** e não tenha atingido nota suficiente para constar na lista geral de habilitados a prosseguirem no processo seletivo e classificados de ampla concorrência, este será considerado reprovado no concurso, não cabendo recurso dessa decisão.

5.13 - As vagas reservadas a portadores de deficiência não preenchidas na Primeira Etapa do concurso, reverterão aos demais candidatos habilitados de ampla concorrência, observada a ordem classificatória do cargo do qual foram subtraídas.

5.14 - A ESAF comunicará ao candidato a confirmação da sua inscrição e o seu respectivo número identificador, para o endereço indicado no Formulário de Pedido de Inscrição.

5.14.1 - Caso a comunicação não seja recebida até três dias antes da data marcada para a realização das provas, é da inteira responsabilidade do candidato comparecer ao Órgão do Ministério da Fazenda, constante do Anexo II, sediado na capital da Unidade da Federação correspondente à localidade para a qual optou por prestar as provas, para confirmar sua inscrição, por meio de Termo de Confirmação de Inscrição e/ou para inteirar-se do local de aplicação de sua prova.

5.14.2 - A comunicação feita via correio não tem caráter oficial; é da inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial da União, a publicação de todos os atos e editais referentes a este processo seletivo.

5.14.3 - Em hipótese alguma o candidato poderá prestar prova sem que esteja previamente confirmado o seu pedido de inscrição.

6- DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1 - As provas serão aplicadas nas cidades constantes do Anexo II, em datas e horários a serem oportunamente publicados no Diário Oficial da União.

6.2 - A critério da ESAF, as provas poderão ser aplicadas em dias de sábado, domingo ou feriado.

6.3 - O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais das provas, considerado o horário de Brasília-DF, munido de caneta esferográfica (tinta azul ou preta), seu documento de

identificação e do comunicado de que trata o subitem 5.14 ou do Termo de Confirmação de Inscrição de que trata o subitem 5.14.1.

6.3.1 - Não será permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no estabelecimento, após o fechamento dos portões.

6.3.2 - Após identificado e instalado em sala de provas, o candidato não poderá consultar nenhum material de estudo enquanto aguardar o horário de início das provas.

6.3.3 - Fechados os portões, iniciam-se os procedimentos operacionais relativos ao processo seletivo, no qual será observado o contido no subitem 16.7.

6.3.4 - O horário de início das provas será definido dentro de cada sala de aplicação, observado o tempo de duração estabelecido em Edital de convocação para as provas.

6.4 - A inviolabilidade das provas será comprovada somente no Posto de Execução, no momento do rompimento do lacre dos malotes, mediante termo formal, e na presença de, no mínimo, dois candidatos.

6.5 - Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver previamente cadastrado e munido do original de sua Cédula Oficial de Identidade ou de Carteira expedida por Órgão ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação (OAB, CORECON, CRC, CRA, CREA etc.) ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social, de Certificado de Reservista, Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo novo, com foto) ou Passaporte (ainda válido); será exigida a apresentação do original, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas.

6.5.1 - Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato e deverão conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia e data de nascimento.

6.5.2 - Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos (como crachás, identidade funcional, título de

eleitor, carteira nacional de habilitação antiga, etc.) diferentes dos acima estabelecidos.

6.6 - Durante as provas não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, manuais, impressos ou anotações, máquinas calculadoras (também em relógios) e agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens.

6.7 - É vedado o ingresso de candidato em local de prova portando arma.

6.8 - Somente serão permitidos assinalamentos nos Cartões-Respostas feitos pelo próprio candidato, preferencialmente com caneta esferográfica tinta preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros.

6.9 - Somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão os candidatos copiar seus assinalamentos feitos no Cartão-Respostas.

6.10 - Não haverá segunda chamada para as provas.

6.11 - Em hipótese alguma o candidato poderá prestar provas fora da data, do horário estabelecido para fechamento dos portões, da cidade e do local predeterminados.

6.12 - Ao terminar a prova, o candidato entregará, **obrigatoriamente**, ao fiscal de sala, o seu **Cartão-Respostas e o seu Caderno de Provas**.

6.13 - Na correção do Cartão-Respostas será atribuída nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura.

6.14 - Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão-Respostas por erro do candidato.

6.15 - Os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de provas, após decorrida uma hora do início das mesmas, por motivo de segurança.

6.16 - Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao processo seletivo no estabelecimento de aplicação das provas, em nenhuma hipótese.

7 - DAS PROVAS OBJETIVAS

Serão aplicadas duas provas objetivas, eliminatórias e classificatórias, relativas às disciplinas constantes do quadro abaixo, cujos programas constam deste Edital (Anexo I) e do Manual do Candidato:

ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Provas	Disciplinas	Nº de questões	Peso	Pontuação ponderada		
				Mínima por Disciplina	Máxima por prova	Mínima do Conjunto das provas 1 e 2
1	D.1 - Língua Portuguesa	15	2	9,0	50	77,5
	D.2 - Língua Inglesa	05	1	1,5		
	D.3 - Raciocínio Lógico-Quantitativo	05	1	1,5		
	D.4 - Direito Constitucional e Administrativo	10	1	3,0		
2	D.5 - Finanças Públicas	10	2	6,0	105	
	D.6 - Administração Pública	10	2	6,0		
	D.7 - Ciência Política	15	2	9,0		
	D.8 - Contabilidade de Custos e Gerencial	05	1	1,5		
	D.9 - Economia	15	2	9,0		

ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

Provas	Disciplinas	Nº de Questões	Peso	Pontuação ponderada		
				Mínima por Disciplina	Máxima por prova	Mínima do Conjunto das provas 1 e 2
1	D.1 - Língua Portuguesa	20	1	6,0	40	100
	D.2 - Língua Inglesa	10	1	3,0		
	D.3 - Raciocínio Lógico-Quantitativo	10	1	3,0		
2	D.4 - Direito Constitucional e Administrativo	20	2	12,0	160	
	D.5 - Administração Pública	20	2	12,0		
	D.6 - Ciência Política	20	2	12,0		
	D.7 - Economia do Setor Público	20	2	12,0		

7.1 - Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

8 - DA PROVA 3 - DISCURSIVA

8.1 - Esta prova versará sobre o desenvolvimento de tema relacionado ao conteúdo programático das disciplinas da Prova 2 estabelecidas para cada cargo.

8.2 - Somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos, até o limite de três vezes o número de vagas oferecido no subitem **1.3**, por cargo, obedecida a ordem classificatória obtida em decorrência do somatório dos pontos ponderados obtidos nas provas objetivas "1" e "2".

8.2.1 - Ao total de provas estabelecido no subitem anterior serão acrescidas aquelas correspondentes aos candidatos cujas notas empatarem com a última classificada.

8.3 - A avaliação abrangerá:

a) a compreensão e conhecimento do tema escolhido, o desenvolvimento e a adequação da argumentação, a conexão e a pertinência ao tema, a objetividade e a sequência lógica do pensamento, valendo, no máximo, 40 pontos para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento e 50 pontos para o cargo de Especialista em Políticas públicas e Gestão Governamental;

b) a utilização correta do vocabulário e das normas gramaticais, valendo, no máximo, 20 pontos para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento e 20 pontos para o cargo de Especialista em Políticas públicas e Gestão Governamental;

8.4 - Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado.

8.5 - Em caso de fuga ao tema, de não haver texto e/ou de identificação em local indevido, o candidato receberá a nota zero.

8.6 - Os candidatos não classificados para efeito de correção da prova discursiva, na forma do disposto no subitem **8.2**, serão automaticamente considerados reprovados, para todos os efeitos.

8.7 - O resultado provisório da prova discursiva (3) será publicado no Diário Oficial da União, juntamente com o resultado final das provas objetivas "1" e "2".

9 - DOS TÍTULOS

9.1 - Os candidatos que obtiverem os mínimos estabelecidos nas letras "a", "b" e "c" do subitem **11.1**, por cargo, serão convocados, por Edital, a ser publicado no Diário Oficial da União, a apresentarem apenas um título, o de maior pontuação, entre os especificados no subitem **9.10**, conforme o cargo a que concorre.

9.1.1 - Ao total de candidatos estabelecido no subitem **9.1** serão acrescidos aqueles cujas notas empatarem com a do último candidato convocado.

9.1.2 - Os demais candidatos não convocados para a apresentação de títulos de que trata o subitem **9.1** serão considerados reprovados, para todos os efeitos.

9.2 - O título de que trata o subitem **9.1** poderá ser apresentado mediante cópia, devidamente autenticada.

9.3 - Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos no subitem **9.10** e aqueles remetidos fora do prazo estabelecido no edital de convocação de que trata o subitem **9.1**.

9.4 - O comprovante de conclusão de curso deverá ser expedido por instituição oficial de ensino devidamente reconhecida.

9.5 - Somente serão aceitas certidões ou declarações das instituições referidas no subitem anterior nas quais constem todos os dados necessários a sua perfeita avaliação.

9.6 - O documento relacionado a curso realizado no exterior somente será considerado quando traduzido para o português por tradutor juramentado.

9.7 - Será desconsiderado o título que não preencher devidamente os requisitos da comprovação.

9.8 - Após a publicação do resultado do concurso, o candidato deverá retirar na Gerência do Programa de Recrutamento e Seleção da ESAF, o título apresentado.

9.9 - Os títulos não retirados dentro do prazo de seis meses, contado a partir da publicação do resultado final do concurso, serão incinerados.

9.10 - Somente será admissível um dos títulos, abaixo relacionados, adquirido até a data de publicação do Edital de convocação para sua apresentação:

I – TÍTULO	
ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	PONTOS
a) Doutorado - em qualquer área	15
b) Créditos concluídos (em sua totalidade) para Doutorado - em qualquer área	10
c) Mestrado - em qualquer área	10
d) Créditos concluídos (em sua totalidade) para Mestrado - em qualquer área	5
II – TÍTULO	
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL	PONTOS
a) Doutorado - em qualquer área	20
b)Créditos concluídos (em sua totalidade) para Doutorado - em qualquer área	14
c) Mestrado - em qualquer área	14
d) Créditos concluídos (em sua totalidade) para Mestrado - em qualquer área	8

9.11 - Da avaliação do título não caberá pedido de revisão.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - Quanto às provas **1 e 2** - objetivas:

a) os gabaritos e as questões das provas aplicadas, para fins de recursos, estarão disponíveis nos locais constantes do Anexo II deste Edital e no endereço eletrônico indicado no subitem **5.2.2**, a partir do primeiro dia útil após a aplicação das provas e durante o período previsto para recurso;

b) admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado;

c) se do exame dos recursos resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos presentes, independentemente da formulação de recurso;

d) se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das impugnações.

e) O recurso deverá ser apresentado:

I) datilografado ou digitado, em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo IV;

II) um para cada questão recorrida;

III) sem formalização de processo;

IV) até três dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da aplicação das provas;

V) dentro do prazo estabelecido no item IV da letra "e" deste subitem, via SEDEX, dirigido à Gerência do Programa de Recrutamento e Seleção da ESAF, Rodovia BR 251 – Km 04, Brasília-DF, CEP: 71686-900.

10.2 - Quanto à prova **3** - discursiva:

a) o resultado provisório da prova discursiva poderá ser objeto de recurso nos três dias úteis subsequentes à sua publicação no Diário Oficial da União, podendo o candidato ter vista de sua prova, no período recursal, na

Diretoria Regional de Treinamento da ESAF – SAS – Quadra 6 – Bloco “O” – 8º andar– Edifício Órgãos Centrais do MF - Brasília – DF;

b) admitir-se-á um único recurso, por candidato, desde que apresentado em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo V, devidamente fundamentado e remetido, via SEDEX, no prazo recursal, na forma do disposto no item V da letra "e" do subitem **10.1**;

c) a vista de que trata a letra "a" deste subitem poderá ser promovida e efetivada mediante procuração.

10.3 - A decisão dos recursos será dada a conhecer, coletivamente, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial da União.

11 - DA HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

11.1 - Somente será considerado habilitado e classificado na Primeira Etapa do concurso, por cargo, o candidato que, **cumulativamente**, atender às seguintes condições:

a) ter obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos pontos ponderados em cada uma das disciplinas que integram as provas objetivas **1 e 2**;

b) ter obtido, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) dos pontos ponderados do conjunto das provas objetivas **1 e 2**;

c) ter obtido, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos pontos referentes à prova **3** - discursiva;

d) ter sido classificado, em decorrência do somatório dos pontos ponderados obtidos nas provas **1, 2 e 3 e de títulos**, até o número de vagas estabelecido no subitem **1.3** deste Edital.

11.1.1 - Havendo empate na totalização dos pontos, terá preferência o candidato que, sucessivamente:

I - Para o Cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

1º - tenha obtido o maior número de pontos ponderados nas disciplinas: **D.9, D.7, D.6 e D.5** da Prova **2**;

2º - tenha obtido o maior número de pontos na prova **3** - discursiva.

II - Para o Cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental:

1º - tenha obtido o maior número de pontos ponderados nas Disciplinas: **D.7, D.6, D.5 e D.4** da Prova **2**;

2º - tenha obtido o maior número de pontos na prova **3** - discursiva.

11.1.2 - Persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato mais idoso.

11.1.3 - Serão convocados para participar da Segunda Etapa do concurso somente os candidatos habilitados e classificados na forma do subitem **11.1**.

11.2 - Serão considerados reprovados, para todos os efeitos, os demais candidatos que não satisfizerem os requisitos fixados no subitem **11.1**, observado o subitem **12.2.1**.

11.3 - Em hipótese alguma haverá classificação de candidatos considerados reprovados na Primeira Etapa do processo seletivo, na forma do disposto no subitem **12.3**.

11.4 - O resultado da Primeira Etapa será homologado e publicado no Diário Oficial da União, não se admitindo recurso desse resultado.

11.5 - A publicação de que trata o subitem anterior contemplará, separadamente, os candidatos aprovados concorrentes às vagas reservadas a portadores de deficiência.

II – SEGUNDA ETAPA

12 - DO CURSO DE FORMAÇÃO

12.1 - O Curso de Formação, a ser realizado em Brasília-DF, pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, de caráter eliminatório e classificatório terá duração mínima de 240 horas e será regido por Edital e Regulamento próprios, que estabelecerão a frequência e o rendimento mínimos a serem exigidos e demais condições de aprovação no referido curso, podendo ser ministrado, inclusive, aos sábados, domingos e feriados e, ainda, em horário noturno.

12.2 - O Edital de convocação para a Segunda Etapa estabelecerá o prazo para a matrícula e obedecerá ao interesse e à conveniência da Administração, que fixará prioridades para o desenvolvimento dessa etapa.

12.2.1 - Havendo desistências, serão convocados, em uma segunda e última chamada, em número igual ao de desistentes, candidatos para se matricularem, com o mesmo prazo a ser estabelecido na forma do subitem **12.2**, obedecida a ordem de classificação da 1ª Etapa, nos termos do § 1º do art. 9º da Portaria MARE nº 956, de 24/3/98, publicada no Diário Oficial da União de 27/4/98.

12.3 - Os demais candidatos não convocados, observado o disposto no subitem **12.2.1**, serão considerados **reprovados** para todos os efeitos.

12.4 - As vagas não preenchidas, após a convocação para a substituição dos desistentes de que trata o subitem **12.2.1**, ficam automaticamente canceladas, nos termos do art. 10 da Portaria MARE nº 956/98.

12.5 - No ato da matrícula serão exigidos:

I - atestado de sanidade física e mental, que comprove a aptidão do candidato para frequentar o Curso de Formação;

II - no caso de servidor ocupante de cargo efetivo da Administração Direta, de Autarquia Federal ou de Fundação Pública Federal, apresentação de declaração do Dirigente de pessoal do órgão/entidade de lotação, comprovando essa condição, liberando-o para participar do curso de formação em regime integral e dedicação exclusiva e formalizando sua opção quanto à percepção pecuniária, conforme estabelecido no subitem **12.7**;

III - Os candidatos optantes pelas vagas reservadas a portadores de deficiência deverão apresentar, ainda, documento de reconhecimento, a que se refere o subitem **5.12.6**, como portador de deficiência.

12.6 - O candidato que deixar de efetuar a matrícula, não comparecer ao Curso de Formação desde o início, dele se afastar, ou não satisfizer os demais requisitos legais, regulamentares ou regimentais, será reprovado e, conseqüentemente, eliminado do processo seletivo.

12.7 - Durante o Curso de Formação, o candidato fará jus a auxílio financeiro de 50% da remuneração inicial do cargo, na forma da legislação vigente à época de sua realização, sobre o qual incidirão os descontos legais, ressalvado o direito de optar pela percepção do vencimento e das vantagens do cargo efetivo, no caso de ser servidor da Administração Pública Federal.

12.8 - O candidato a que se refere o subitem **12.5**, inciso II, se eliminado, será reconduzido ao cargo ou emprego permanente do qual houver sido afastado, considerando-se de efetivo exercício o período de frequência ao Curso de Formação.

12.9 - As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e procedimentos do concurso de que trata este Edital, inclusive no Curso de Formação, correrão por conta dos candidatos, os quais não terão direito a alojamento, alimentação, transporte ou ressarcimento de despesas.

13 - DA APROVAÇÃO

Serão considerados aprovados apenas os candidatos habilitados e classificados na Primeira Etapa do concurso, na forma do subitem **11.1**, obedecidos os subitens **12.2.1**, **12.3** e **12.4**, e não eliminados na Segunda Etapa do concurso.

14 - DA HOMOLOGAÇÃO

Após a realização do Curso de Formação, o resultado final do concurso, obtido pela soma dos pontos da Primeira e da Segunda Etapas, será homologado, respeitado o disposto no art. 42 do Decreto nº 3.298/99, mediante publicação no Diário Oficial da União, não se admitindo recurso desse resultado.

15 - DA NOMEAÇÃO E DA LOTAÇÃO

15.1 - Os candidatos aprovados serão, após nomeados, lotados no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e terão exercício **exclusivamente** em Brasília-DF.

15.2 - Durante o período de estágio probatório, de três anos, o servidor não poderá solicitar remoção, sendo desconsiderada qualquer pretensão nesse sentido.

15.3 - O candidato nomeado apresentar-se-á para posse e exercício, às suas expensas.

15.4 - Em nenhuma hipótese será efetuado remanejamento de vagas entre os cargos.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Para os portadores de deficiência haverá previsão de adaptação do Curso de Formação e do Estágio Probatório, conforme a deficiência do candidato, na forma do disposto no item III do art. 39 do Decreto nº 3.298, de 20/12/99.

16.2 - Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou notas de candidatos, valendo para tal fim os resultados publicados no Diário Oficial da União.

16.3 - Não serão fornecidos atestados, cópia de documentos, certificados ou certidões relativos a notas de candidatos reprovados.

16.4 - Não haverá arredondamento de notas.

16.5 - A aprovação no concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais

pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do concurso.

16.6 - O prazo de validade do concurso será de sessenta dias, após a homologação do resultado final da Segunda Etapa do concurso, na forma do disposto no § 7º do art. 7º da Portaria MARE nº 956/98.

16.7 - Será excluído do concurso, por ato da Direção-Geral da Escola de Administração Fazendária - ESAF, o candidato que:

- a) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b) agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas;
- c) for surpreendido, utilizando-se de um ou mais meios previstos no subitem 6.6;
- d) for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo;
- f) não devolver, integralmente, o material recebido;
- g) efetuar o pedido de inscrição fora do prazo estabelecido neste Edital; ou
- h) não atender às determinações regulamentares da ESAF.

16.7.1 - Será excluído, ainda, do concurso, por ato da Direção-Geral da ESAF, o candidato que utilizou ou tentou utilizar meios fraudulentos para obter a aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa de processo seletivo já realizado pela ESAF.

16.8 - Por razões de ordem técnica e de segurança, a Escola de Administração Fazendária-ESAF não fornecerá nenhum exemplar ou cópia do caderno de provas a candidatos, a autoridades ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do concurso; no entanto, exemplar dos cadernos das provas aplicadas será afixado nos locais indicados no Anexo II, durante o prazo estabelecido no item IV da letra "e" do subitem 10.1.

16.9 - Os casos omissos serão resolvidos pela Direção-Geral da Escola de Administração Fazendária - ESAF.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO

ANEXO I - PROGRAMAS

ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PROVA 1

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Compreensão textual. 2. Ortografia. 3. Semântica. 4. Morfologia. 5. Sintaxe. 6. Pontuação

LÍNGUA INGLESA: Interpretação de textos

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO: Esta prova objetiva medir a habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas, e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Nenhum conhecimento mais profundo de lógica formal ou matemática será necessário para resolver as questões de raciocínio lógico-analítico. As questões das provas poderão

tratar das seguintes áreas: 1. Estruturas Lógicas. 2. Lógica de Argumentação. 3. Diagramas Lógicos. 4. Trigonometria. 5. Álgebra Linear. 6. Probabilidades. 7. Combinações, Arranjos e Permutação. 8. Geometria Básica.

DIREITO: I - DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Princípios fundamentais da CF/88(arts. 1º a 4º). 2. Direitos e garantias fundamentais(arts.5º a 11). 3. Organização do Estado político-administrativo(arts 18 a 33). 4. Administração Pública na CF/88 (arts 37 a 41). 5. Organização dos Poderes(arts 76 a 91). 6. Sistema Tributário Nacional na CF/88(arts 145 a 156). 7. Finanças Públicas na CF/88(arts163 a 169). 8. Princípios gerais da atividade econômica (arts. 170 a 181 da CF/88). **II - DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, méritos e classificação; vinculação e discricionariedade; anulação, revogação e invalidação. 2. Licitação e contrato Administrativo: conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades; procedimento, revogação e anulação. 3. Agentes Públicos: servidores públicos; organização do serviço público; normas constitucionais concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; o Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112, de 11/12/90, e suas alterações posteriores).

PROVA 2

FINANÇAS PÚBLICAS: 1. Objetivos, metas, abrangência, e definição de Finanças Públicas. 2. O financiamento dos gastos públicos - tributação e equidade. Incidência tributária. 3. Os princípios teóricos da tributação: tipos de impostos; progressividade, regressividade e neutralidade. 4. Federalismo fiscal. 5. Orçamento Público: conceitos e princípios orçamentários; orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho, orçamento-programa. 6. Orçamento na Constituição de 1988: Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; Plano Plurianual. 7. Nova metodologia de planejamento das ações de governo trazidas pelo PPA 2000-2003: Integração planejamento e orçamento (Portaria nº 42, de 14/04/99 e Decreto 2829, de 29/10/98). 8. Etapas do processo orçamentário. 9. Orçamento-Programa: definição, objetivos e realizações. 10. Classificação e conceituação da receita orçamentária brasileira. 11. Classificação e conceituação da despesa orçamentária brasileira. Tópicos da Lei de Responsabilidade Fiscal: princípios, objetivos, efeitos no planejamento e no processo orçamentário; limites para despesas de pessoal; limites para dívida; regra de ouro; mecanismos de transparência fiscal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1. Poder e dominação. 2. Governo e sistemas de governo. 3. Estado: conceito e evolução do Estado moderno. O aparelho de Estado nas democracias liberais. 4. A emergência da questão social como campo de intervenção do Estado. 5. Weber e a burocracia. 6. O paradigma burocrático e o paradigma gerencial na gestão pública. 7. Estado do Bem-Estar Social: evolução e crise. 8. Estado unitário e federalismo. Relação entre esferas de governo e regime federativo. 9. Funcionamento do Estado.

CIÊNCIA POLÍTICA: 1. A crise do Estado contemporâneo. Transformações do papel do Estado nas sociedades contemporâneas e no Brasil. 2. Políticas públicas: formação da agenda governamental, processos decisórios e problemas da implementação. 3. Governabilidade e governança. 4. Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo). 5. O terceiro setor nas relações entre Estado e sociedade. 6. Controle social, cidadania e accountability. 7. As relações entre políticos, burocratas e os atores sociais. 8. Política de combate à pobreza, possibilidades e limitações. Desigualdades socioeconômicas da população brasileira. 9. Política e Política econômica. Determinantes políticos da gestão econômica. Crescimento, Inflação e recessão e sua influência na política. 10. Política, globalização e formação de blocos regionais, especialmente Mercosul.

CONTABILIDADE DE CUSTO E GERENCIAL: 1. Sistemas de custos: terminologia aplicada à contabilidade de custos, terminologia em entidades não industriais. 2. Classificação de custos: custos diretos, custos fixos e variáveis. separação entre custos e despesas. 3. Apropriação de custos: material, mão-de-obra, rateio de custos indiretos, predeterminação de gastos gerais. 4. Rateio de

custos na departamentalização. 5. Noções de métodos de custeio: por absorção, direto ou variável e ABC; definição, principais características, diferenciações, vantagens e desvantagens."

ECONOMIA: 1. Noções de Microeconomia: oferta, demanda, preços, mercados. 2. Conceitos básicos da Macroeconomia. 3. Teoria Clássica. 4. Teoria Keynesiana. 5. Formas de mensuração dos principais agregados macroeconômicos. 6. Identidades macroeconômicas fundamentais. 7. Balanço de Pagamentos. 8. Oferta e demanda agregada. 9. Política Monetária e Fiscal. 10. Medição do resultado do setor público; o financiamento do setor público no Brasil. 11. Evolução do papel do Estado. 12. O desenvolvimento brasileiro nos últimos 30 anos: o milagre brasileiro, o II PND, a crise da dívida externa, os planos de Estabilização, o Plano Real. 13. Blocos econômicos: MERCOSUL, União Européia, NAFTA, ASEAN e ALCA.

ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

PROVA 1

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Compreensão textual. 2. Ortografia. 3. Semântica. 4. Morfologia. 5. Sintaxe. 6. Pontuação

LÍNGUA INGLESA: Interpretação de textos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO: Esta prova objetiva medir a habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas, e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Nenhum conhecimento mais profundo de lógica formal ou matemática será necessário para resolver as questões de raciocínio lógico-analítico. As questões das provas poderão tratar das seguintes áreas: 1. Estruturas Lógicas. 2. Lógica de Argumentação. 3. Diagramas Lógicos. 4. Trigonometria. 5. Álgebra Linear. 6. Probabilidades. 7. Combinações, Arranjos e Permutação. 8. Geometria Básica.

PROVA 2

DIREITO: I - CONSTITUCIONAL: 1. Teoria geral do Estado. 2. Os poderes do Estado e as respectivas funções. 3. Formas de Estado e avaliação do Regime Federativo. 4. Formas de governo e análise comparativa entre experiências parlamentares e presidencialistas. 5. Teoria geral da Constituição. 6. Constituição: eficácia e significado. 7. Origem e evolução do conceito de norma constitucional. 8. Análise do princípio hierárquico das normas. 9. Controle da constitucionalidade das leis no direito comparado e no direito brasileiro. 10. Modelos e formas processuais. 11. Constituição Brasileira: princípios fundamentais e características, organização federal brasileira, repartição das competências, direitos individuais, coletivos e sociais, processo legislativo brasileiro, organização administrativa do Estado brasileiro. **II - DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1. Princípios da Administração Pública. 2. Avaliação do regime jurídico-administrativo e sua relação com os direitos individuais. 3. Teoria geral da função pública. 4. A evolução da prestação laboral ao Estado. 5. O servidor público e a Constituição de 1988. 6. Regime Jurídico dos servidores públicos. 7. Serviços públicos: conceito e natureza, modalidades e formas de prestação, o perfil moderno do serviço público. 8. Regime jurídico da Licitação e dos contratos administrativos: análise da legislação, avaliação crítica do quadro atual, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação da licitação; procedimentos, anulação e revogação; modalidades de licitação. 9. Teoria geral do

ato administrativo: conceitos, classificação, espécies, elementos, requisitos e atributos do ato administrativo. O ato administrativo e os direitos dos administrados.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - 1. Formas históricas de administração pública, patrimonialismo, administração burocrática racional-legal. 2. Weber e a burocracia. A crise do modelo burocrático. 3. O paradigma pós-burocrático, administração pública gerencial, a nova administração pública. 4. Reformas administrativas nos países anglo-saxões. 5. Evolução da Administração Pública no Brasil e reformas administrativas: dimensões estruturais e culturais. 6. Teoria das Organizações. As Organizações como máquinas. Taylor, Fayol. As organizações como organismos. Mayo. Escola das Relações Humanas. 7. Organizações e aprendizagem, H. Simon, Peters. 8. Cultura e organização; Schein, Bennis. 9. Conflitos e poder nas organizações. Crozier, Morgan. 10. A Teoria Contingencial, Mintzberg, Drucker, Ansoff.

CIÊNCIA POLÍTICA - 1. O pensamento político dos séculos XVI, XVII e XVIII, Maquiavel, Hobbes e Locke, Montesquieu e Rousseau. 2. O pensamento político do século XIX, Stuart Mill, Marx. 3. O pensamento político do século XX, Weber, Lenin e Gramsci, Poulantzas, Offe e O'Connor. Olson e Buchanan. 4. Estado - surgimento e evolução. Surgimento do Estado Moderno. Consolidação dos Estados-nação. 5. O aparelho do Estado no surgimento das democracias liberais. 6. O Estado Providência. Crise do Estado do Bem-Estar. 7. Processo de decisão em políticas públicas. 8. Atores, arenas decisórias e intermediação de interesses. Corporativismo e neocorporativismo, estatal e societal. 9. Insulamento burocrático. Relação entre políticos e burocratas em contexto democrático.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO - I - MICROECONOMIA - A racionalidade econômica do governo. Teorias do Bem Estar. Custos de intervenção do governo. Equilíbrio geral. Bens públicos. Teoria da Escolha Pública (Public choice). Externalidades. Impostos, tarifas, subsídios, eficiência econômica e distribuição da renda. Quotas e preços máximos e mínimos. Regulação de mercados. **II - MACROECONOMIA -** Papel dos gastos públicos. Política fiscal e monetária: instrumentos, interação e efeitos sobre a demanda e o produto. Títulos públicos, déficit e dívida pública. Inflação e déficit público. Imposto inflacionário, seignorage e curva de Laffer. Aumentos temporários e permanentes nos gastos públicos. Alternativas de financiamento do déficit público. Relação entre déficit público, poupança interna e resultado das contas do setor externo. Regras, discricção e consistência temporal da política econômica.

PORTARIA Nº 42,
DE 14 DE ABRIL DE 1999
(Publicada no D.O.U. de 15.04.99)

Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, observado o art. 113, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 14, inciso XV, alínea "a", da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.799-3, de 18 de março de 1999, resolve:

Art. 1º As funções a que se refere o art. 2º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, discriminadas no Anexo 5 da

mesma Lei, e alterações posteriores, passam a ser as constantes do Anexo que acompanha esta Portaria.

§ 1º Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

§ 2º A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

§ 3º A subfunção representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

§ 4º As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

b) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

c) Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

d) Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.

Art. 4º Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de função, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo único. No caso da função "Encargos Especiais", os programas corresponderão a um código vazio, do tipo "0000".

Art. 5º A dotação global denominada "Reserva de Contingência", permitida para a União, no art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, será identificada por código definido pelos diversos níveis de governo.

Art. 6º O disposto nesta Portaria se aplica aos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2000 e seguintes, e aos Municípios a partir do exercício financeiro de 2002, revogando-se a Portaria nº 117, de 12 de novembro de 1998, do ex-Ministro do Planejamento e Orçamento, e demais disposições em contrário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO PARENTE

ANEXO

FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
01 - Legislativa	031 - Ação Legislativa 032 - Controle Externo
02 - Judiciária	061 - Ação Judiciária

	062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03 - Essencial à Justiça	091 - Defesa da Ordem Jurídica 092 - Representação Judicial e Extrajudicial
04 - Administração	121 - Planejamento e Orçamento 122 - Administração Geral 123 - Administração Financeira 124 - Controle Externo 125 - Normatização e Fiscalização 126 - Tecnologia da Informatização 127 - Ordenamento Territorial 128 - Formação de Recursos Humanos 129 - Administração de Receitas 130 - Administração de Concessões 131 - Comunicação Social
05 - Defesa Nacional	151 - Defesa Área 152 - Defesa Naval 153 - Defesa Terrestre
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento 182 - Defesa Civil 183 - Informação e Inteligência
07 - Relações Exteriores	211 - Relações Diplomáticas 212 - Cooperação Internacional
08 - Assistência Social	241 - Assistência ao Idoso 242 - Assistência ao Portador de Deficiência 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 244 - Assistência Comunitária
09 - Previdência Social	271 - Previdência Básica 272 - Previdência do Regime Estatutário 273 - Previdência Complementar 274 - Previdência Especial
10 - Saúde	301 - Atenção Básica 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 - Suporte Profilático e Terapêutico 304 - Vigilância Sanitária 305 - Vigilância Epidemiológica 306 - Alimentação e Nutrição
11 - Trabalho	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador 332 - Relação de Trabalho 333 - Empregabilidade 334 - Fomento ao Trabalho
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental 362 - Ensino Médio 363 - Ensino Profissional 364 - Ensino Superior 365 - Educação Infantil 366 - Educação de Jovens e Adultos 367 - Educação Especial
13 - Cultura	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 392 - Difusão Cultural
14 - Direitos da Cidadania	421 - Custódia e Reintegração Social

	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 423 - Assistência aos Povos Indígenas
15 - Urbanismo	451 - Infra-Estrutura Urbana 452 - Serviços Urbanos 453 - Transportes Coletivos Urbanos
16 - Habitação	481 - Habitação Rural 482 - Habitação Urbana
17 - Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural 512 - Saneamento Básico Urbano
18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental 542 - Controle Ambiental 543 - Recuperação de Áreas Degradadas 544 - Recursos Hídricos 545 - Meteorologia
19 - Ciência e Tecnologia	571 - Desenvolvimento Científico 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 - Agricultura	601 - Promoção da Produção Vegetal 602 - Promoção da Produção Animal 603 - Defesa Sanitária Vegetal 604 - Defesa Sanitária Animal 605 - Abastecimento 606 - Extensão Rural 607 - Irrigação
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária 632 - Colonização
22 - Indústria	661 - Promoção Industrial 662 - Produção Industrial 663 - Mineração 664 - Propriedade Industrial 665 - Normalização e Qualidade
23 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial 692 - Comercialização 693 - Comércio Exterior 694 - Serviços Financeiros 695 - Turismo
24 - Comunicações	721 - Comunicações Postais 722 - Telecomunicações
25 - Energia	751 - Conservação de Energia 752 - Energia Elétrica 753 - Petróleo 754 - Álcool
26 - Transporte	781 - Transporte Áereo 782 - Transporte Rodoviário 783 - Transporte Ferroviário 784 - Transporte Hidroviário 785 - Transportes Especiais
27 - Desporto e Lazer	811 - Desporto de Rendimento

	812 - Desporto Comunitário 813 - Lazer
28 - Encargos Especiais	841 - Refinanciamento da Dívida Interna 842 - Refinanciamento da Dívida Externa 843 - Serviço da Dívida Interna 844 - Serviço da Dívida Externa 845 - Transferências 846 - Outros Encargos Especiais

DECRETO Nº 2.829, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998.

Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Para elaboração e execução do Plano Plurianual 2000-2003 e dos Orçamentos da União, a partir do exercício financeiro do ano de 2000, toda ação finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Parágrafo único. Entende-se por ação finalística aquela que proporciona bem ou serviço para atendimento direto a demandas da sociedade.

Art. 2º Cada Programa deverá conter:

I - objetivo;

II - órgão responsável;

III - valor global;

IV - prazo de conclusão;

V - fonte de financiamento;

VI - indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar;

VII - metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo;

VIII - ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo;

IX - regionalização das metas por Estado.

Parágrafo único. Os Programas constituídos predominantemente de Ações Continuidas deverão conter metas de qualidade e de produtividade, a serem atingidas em prazo definido.

Art. 3º A classificação funcional-programática deverá ser aperfeiçoada de modo a estimular a adoção, em todas as esferas de governo, do uso do gerenciamento por Programas.

Parágrafo único. Os Programas serão estabelecidos em atos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitados os conceitos definidos no âmbito federal, em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento, a ser publicada até 30 de novembro de 1998.

Art. 4º Será adotado, em cada Programa, modelo de gerenciamento que compreenda:

I - definição da unidade responsável pelo gerenciamento, mesmo quando o Programa seja integrado por projetos ou atividades desenvolvidas por mais de um órgão ou unidade administrativa;

II - controle de prazos e custos;

III - sistema informatizado de apoio ao gerenciamento, respeitados os conceitos a serem definidos em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Parágrafo único. A designação de profissional capacitado para atuar como gerente do Programa será feita pelo Ministro de Estado, ou pelo titular de órgão vinculado à Presidência da República, a que estiver vinculado a unidade responsável do Programa.

Art. 5º Será realizada avaliação anual da consecução dos objetivos estratégicos do Governo Federal e do resultado dos Programas, para subsidiar a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias de cada exercício.

Art. 6º A avaliação física e financeira dos Programas e dos projetos e atividades que os constituem é inerente às responsabilidades da unidade responsável e tem por finalidade:

I - aferir o seu resultado, tendo como referência os objetivos e as metas fixadas;

II - subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos públicos e a coordenação das ações de governo;

III - evitar a dispersão e o desperdício de recursos públicos.

Art. 7º Para fins de gestão da qualidade, as unidades responsáveis pela execução dos Programas manterão, quando couber, sistema de avaliação do grau de satisfação da sociedade quanto aos bens e serviços ofertados pelo Poder Público.

Art. 8º Os Programas serão formulados de modo a promover, sempre que possível, a descentralização, a integração com Estados e Municípios e a formação de parcerias com o setor privado.

Art. 9º Para orientar a formulação e a seleção dos Programas que deverão integrar o Plano Plurianual e estimular a busca de parcerias e fontes alternativas de recursos, serão estabelecidos previamente, para a período do Plano:

I - os objetivos estratégicos;

II - previsão de recursos.

Art. 10. As leis de diretrizes orçamentárias conterão, para o exercício a que se referem e dentre os Programas do Plano Plurianual, as prioridades que deverão ser contempladas na lei orçamentária anual correspondente.

Art. 11. A alteração da programação orçamentária e do fluxo financeiro de cada Programa ficará condicionada à informação prévia pelos respectivos gerentes, por meio de sistema informatizado, do grau de alcance das metas fixadas.

Art. 12. O Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento deverá instituir um comitê gestor para orientar o processo de elaboração do Plano Plurianual para o período 2000-2003.

Parágrafo único. A elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 será precedida de um inventário das ações do Governo Federal em andamento, bem como do cadastramento de todas as atividades e projeto.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Brasília, 29 de outubro de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO II

Cidades/Endereços
Belém - PA - Centro Regional de Treinamento da ESAF - Rua Gaspar Viana, 125 – Conjunto dos Mercedários – Centro - Telefones: (91) 218-3531/3535/3505
Belo Horizonte-MG – Centro Regional de Treinamento da ESAF - Avenida Celso Porfírio Machado, nº 1100 – Bairro Belvedere – Telefones: (31) 3218-6030 - 3286-1420
Brasília-DF – Centro Regional de Treinamento da ESAF – SAS, Q. 06 – Bloco “O” – 8º andar – Edifício Órgãos Centrais do MF – Brasília-DF – Telefones: (61) 412-5006 / 412-5856
Curitiba-PR – Centro Regional de Treinamento da ESAF - Rua João Negrão, nº 246 - 7º Andar – Centro Telefone: (41) 223-6373
Fortaleza-CE – Centro Regional de Treinamento da ESAF – Rua Barão de Aracati, 909 – Aldeota – 1º Andar Telefones (85) 466-2102 / 466-2121 / 466-2103
Porto Alegre-RS – Centro Regional de Treinamento da ESAF – Avenida Loureiro da Silva, nº 445 11º Andar – Telefones: (51) 3214-2075 / 3214-2068
Recife-PE – Centro Regional de Treinamento da ESAF - Av. Alfredo Lisboa, nº 1.168 - 3º Andar - Sala 309 Telefones: (81) 3425-5384 / 3425-5388 / 3425-5386
Rio de Janeiro-RJ – Centro Regional de Treinamento da ESAF - Av. Presidente Antônio Carlos, nº 375 12º Andar – Sala 1209 – Castelo – Telefones: (21) 3805-4009/4013/4021/4022 /4023
Salvador-BA – Centro Regional de Treinamento da ESAF - Av. Frederico Pontes, nº 03, Edifício MF Galeria NESAF – Telefones: (71) 320-2101 / 320-2102 / 320-2105
São Paulo-SP – Centro Regional de Treinamento da ESAF - Av. Prestes Maia, nº 733 - 4º Andar - Luz Telefones: (11) 3315-2169 / 2170

ANEXO III

 PEDIDO DE INSCRIÇÃO POR VIA POSTAL CONCURSO PÚBLICO PARA O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	VALOR DA TAXA R\$ 75,00

NOME DO CANDIDATO (Se necessário, abreviar os nomes intermediários)

Data de Nascimento _____ Documento de Identidade _____

Dia _____ Mês _____ Ano _____ Idade em 31/12/2002 _____

Número do Documento _____ Órgão Expedidor _____ Estado Emitente _____

CPF _____ CEP _____

Endereço _____

NÚMERO, CASA, PRÉDIO, APARTAMENTO, Etc. _____ Bairro _____

DDD _____ Telefone _____ Cidade _____ Estado _____

INFORME ABAIXO, OBRIGATORIAMENTE, O CARGO A CUJAS VAGAS DESEJA CONCORRER: <input type="checkbox"/> 1 - Analista de Planejamento e Orçamento <input type="checkbox"/> 2 - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	INDIQUE O NÚMERO CORRESPONDENTE À SUA ÁREA DE FORMAÇÃO: <input type="checkbox"/> 1 - Administração <input type="checkbox"/> 2 - Ciências Contábeis <input type="checkbox"/> 3 - Direito <input type="checkbox"/> 4 - Economia <input type="checkbox"/> 5 - Engenharia <input type="checkbox"/> 6 - Informática <input type="checkbox"/> 3 - Outras
---	--

Marque, com um "X", se deseja concorrer à(s) vaga(s) reservada(s) a portadores de deficiência.

☐ **DECLARO** estar ciente de que a minha qualificação como deficiente e a compatibilidade da deficiência declarada com as atribuições do cargo dependerão de avaliação de equipe multiprofissional, na forma estabelecida no Edital regulador do concurso. (Anexar laudo médico comprobatório, declarando o nome da deficiência, o código CID e a sua provável causa).

Localidade na qual deseja prestar provas _____

Declaro, sob as penas da lei, que satisfaço às exigências dos atos reguladores do concurso, aceitando todas as regras que lhe são pertinentes.

Local _____, Data _____/_____/2002 _____ Assinatura do Candidato _____

ANEXAR CHEQUE NOMINATIVO CRUZADO, EM FAVOR DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF



Para uso da ESAF: devolver este recibo ao candidato, por via postal, juntamente com o Manual do Candidato.
 Concurso Público: **MPOG** Analista ☐ Especialista ☐

RECIBO	Recebi o Formulário de Pedido de Inscrição por via postal. _____ UF _____ data _____ Carimbo/Assinatura _____	SE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: Recebi, também, o Atestado Médico comprobatório da deficiência declarada, conforme Edital. _____ Carimbo/Assinatura _____

ANEXO IV



Recurso das provas objetivas

Escola de Administração Fazendária

Orientações

- 1- Use folha separada para cada questão.
- 2- Não assine, nem coloque identificação em parte alguma de seu recurso.
- 3- Anulada uma questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 4- O julgamento dos recursos será publicado no Diário Oficial da União, coletivamente.

Cargo:

Disciplina:

Nº da questão
Recorrida:

Fundamentação do recurso:

Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do candidato:

Se necessário, utilize o verso

ANEXO V



Escola de Administração Fazendária

Recurso da prova discursiva

Orientações

- 1- Não assine o seu recurso, identifique-se apenas no local indicado.
- 2- O julgamento dos recursos será publicado no Diário Oficial da União, coletivamente.

Reservado à ESAB

Nome:

Inscrição:

Reservado à ESAB

Cargo:

Fundamentação do recurso:

Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do candidato:

Se necessário, utilize o verso